



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 28/03/2022

C. Waqz
Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

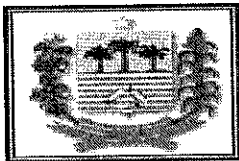
Ao Deputado

GESSIVÃO LIMA PR
para relatar

Em 28/03/22

Presidente da Comissão de Constituição
e Justiça

Henrique de Carvalho Pires
DEPUTADO ESTADUAL



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL GESSIVALDO ISAIAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº: 07/ 2022, Que;

Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadão Piauiense ao Excelentíssimo Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ, Dr. Luis Felipe Salomão, e dá outras providências.

Autor: Dep. Henrique Pires
Relator: Dep. Gessivaldo Isaías

I – RELATÓRIO

Trata-se de projeto de decreto legislativo que visa, em resumo, conceder o título de cidadão piauiense ao Ministro do STJ, dr. Luis Felipe Salomão

O Ministro Luis Felipe Salomão nasceu em 18 de março de 1963 na cidade Salvador-BA, formou-se na Universidade Federal do Rio de Janeiro, especializando-se em Direito Comercial posteriormente.

Foi Promotor de Justiça do Estado do São Paulo, Juiz Substituto da 2ª Vara Empresarial da Capital e Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Posteriormente foi Diretor-Presidente da Escola Nacional da Magistratura e presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro. Também atuou como Ministro do Tribunal Superior Eleitoral e Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral.

Desde 17 de junho de 2018 é Ministro do Superior Tribunal de Justiça, sendo presidente da 4ª Turma do STJ, membro da 4ª Turma do STJ e da Corte Especial do STJ.

É o relatório, devemos então verificar a constitucionalidade, juridicidade e legalidade da proposição ora apresentada.

II – VOTO DO RELATOR

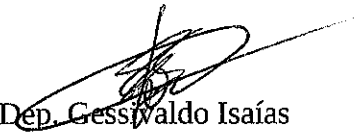
Para tanto, apresento, de acordo com os arts. 61, 137 e 139 do regimento interno desta casa, parecer onde examino a constitucionalidade do projeto de Decreto Legislativo que ora encontra-se sob análise.

A função Legislativa esta sendo exercida na análise da proposição que se enquadra no rol das constituídas pelo art. 96, “e” e art. 105, 5º do Regimento interno.

Verifico, que não existem impedimentos legais para iniciativa de tal propositura, segundo art. 75 da Carta Estadual, ao passo que sugerimos pelo acatamento do Projeto de Decreto Legislativo.

Por todo o exposto, observando a importância da iniciativa legiferante do nobre colega Parlamentar, a boa técnica legislativa da proposição, manifesto-me favoravelmente à sua **Aprovação**.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 11 de abril de 2022.


Dep. Gessivaldo Isaías
RELATOR

